



16 DE ABRIL DE 2015

Quinta-feira

- PROJETO DA LDO PREVÊ SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE 2% DO PIB EM 2016
- O PARANÁ E O SUPREMO
- PREÇO DE OPA DE AÇÕES DA USIMINAS DEVE SER BASEADO EM "VALOR JUSTO", DIZ CVM
- LDO FIXA META FISCAL DE 2016 EM R\$127 BI E NÃO PREVÊ DESCONTOS DO PAC
- ÍNDICES SEGUEM SALTO GLOBAL E AVANÇAM
- NELSON BARBOSA PREVÊ QUE ECONOMIA VOLTARÁ A CRESCER NO SEGUNDO SEMESTRE
- PORTARIA DO MEC DETERMINA ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS A ÓRGÃOS VINCULADOS
- MV AGUSTA ASSUME A GESTÃO DA MARCA NO BRASIL
- SÃO PAULO ELEVA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL DE VEÍCULOS
- GREVE NA CHERY EM JACAREÍ TEM MAIS UM CAPÍTULO
- VW DE SÃO BERNARDO VAI PARAR POR DEZ DIAS
- VOTAÇÃO DO PROJETO DE TERCEIRIZAÇÃO É ADIADA PARA PRÓXIMA SEMANA
- RECEITA FACILITA ENTRADA DE EMPRESAS EM REGIME ESPECIAL DE EXPORTAÇÃO
- MEIS VÃO SE TORNAR A MAIOR CATEGORIA EMPRESARIAL DO PAÍS
- TCP ATRAI CARGAS COM INVESTIMENTO NO MODAL FERROVIÁRIO
- CURTAS: HYTERA DESENVOLVE NOVO MODELO DE RÁDIO PARA SETOR DE MINERAÇÃO
- RECEITA DO SETOR DE SERVIÇOS TEM PIOR DESEMPENHO DESDE 2012
- PEDÁGIO EM ESTRADAS FEDERAIS TERÁ ALTA EXTRA COM NOVA LEI DOS

CAMINHONEIROS

- CNI PREVÊ QUEDA DE 1,2% NO PIB E RECUO DE 3,4% NA INDÚSTRIA EM 2015
- FECOMERCIO SP AVALIA PRINCIPAIS IMPACTOS JURÍDICOS DO PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO
- PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO AUMENTA A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA E FORTALECE AS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL, DIZ A CNI
- CSN ESTUDA SE DESFAZER DE SUA PARTICIPAÇÃO NA USIMINAS
- DÍVIDAS DAS EMPRESAS EM DÓLAR CRIA RISCO À ESTABILIDADE FINANCEIRA DO BRASIL, DIZ LAGARDE
- HÁBITOS QUE PODEMOS MUDAR NA CRISE PARA ECONOMIZAR NAS CONTAS
- ÍNDICE DE FEVEREIRO SOBE, MAS REFORÇA TRIMESTRE RETRAÍDO
- O PROJETO QUE AMPLIA A TERCEIRIZAÇÃO TRAZ BENEFÍCIOS?
- FITCH REDUZ PREVISÃO DE CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA NESTE ANO E PREVÊ CONTRAÇÃO NO BRASIL
- INDICADOR ANTECEDENTE CAI 2,0% EM MARÇO, DIZ IBRE/FGV
- DÓLAR CAI ANTE REAL. BOVESPA TAMBÉM REGISTRA QUEDA
- FIAT VOLTA A PARAR A PRODUÇÃO EM BETIM NA PRÓXIMA SEMANA

CÂMBIO		
Em 16/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,018	3,018
Euro	3,241	3,242

Fonte: BACEN

Projeto da LDO prevê superávit primário de 2% do PIB em 2016

16/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal fixou em R\$ 126,73 bilhões a meta de superávit primário do setor público consolidado para 2016, equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), informou o Ministério do Planejamento nesta quarta-feira (15).

O alvo fiscal faz parte do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano entregue ao Congresso Nacional nesta quarta-feira. De forma desagregada, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) será responsável por uma meta de superávit de R\$ 104,55 bilhões (1,65% do PIB) e os estados e municípios, por R\$ 22,18 bilhões (0,35% do PIB).

No documento, o governo informou ainda que o valor do salário mínimo a vigorar a partir de janeiro próximo será de R\$ 854. O valor atual do salário mínimo é de R\$ 788. Na LDO, o salário mínimo está projetado em R\$ 900 em 2017 e em R\$ 961 em 2018.

PIB e inflação

A proposta de LDO prevê que a economia crescerá 1,3% no próximo ano e que a inflação ficará em 5,6%, de acordo com a média de projeções do mercado. Com a definição do alvo fiscal para 2016, a dívida líquida foi calculada em 34,9% do PIB, enquanto a dívida bruta foi estimada em 61,9% do PIB.

Aperto fiscal

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse nesta quarta-feira que acredita ser possível o cumprimento da meta de superávit primário deste ano e que o contingenciamento do Orçamento será anunciado em meados de maio. Para este ano, a meta foi fixada em R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 1,2% do PIB.

“O contingenciamento será feito no valor necessário para o atingimento da meta, e isso muda com base na flutuação da economia e com a evolução do ajuste fiscal”, disse ele, afirmando que o Orçamento de 2015 deve ser sancionado na semana que vem.

Ao comentar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, enviado nesta quarta-feira ao Congresso, Barbosa garantiu a continuação do aperto fiscal e disse que o cumprimento da meta de superávit fiscal deste ano é necessário para que o país volte a crescer.

Gastos com pessoal

Barbosa afirmou que a LDO de 2016 propõe limites para o gasto com pessoal. Segundo ele, haverá uma taxa de crescimento máxima para todos os poderes e, dentro desse limite, cada um terá que abrigar as despesas com pessoal e com realização de concursos, conforme a demanda de cada Poder.

Esse limite ainda vai ser negociado com Judiciário, Legislativo e com o funcionalismo do poder Executivo. “Vamos melhorar o crescimento da folha, fomos orientados a traçar diretrizes”, afirmou durante divulgação dos parâmetros da PLDO.

O ministro do Planejamento afirmou que o governo já está fazendo as contas e esse processo deve durar até o fim de julho. A previsão é de que em 14 de agosto esse limite seja divulgado.

O Ministério do Planejamento ainda informou que até 21 de agosto terá início a tramitação no Congresso dos projetos de lei para reajuste dos servidores públicos. "Nossa diretriz para o funcionalismo é reduzir a folha em proporção do PIB", disse. "O objetivo é manter esse gasto estável ou declinante em proporção do PIB. Isso é parte do esforço fiscal", disse.

O Paraná e o Supremo

16/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Durou mais de um século o ostracismo vivido pelo meio jurídico paranaense na composição do Supremo Tribunal Federal. Desde o lapiano Ubaldino do Amaral, ainda no século 19, estivemos ausentes da mais alta corte da Justiça brasileira até a indicação de Luiz Edson Fachin, na última terça-feira.

É verdade que o mesmo esquecimento não se repetiu em outros tribunais superiores. Félix Fischer, Néfi Cordeiro e Sérgio Kukina representam o estado com competência no Superior Tribunal de Justiça.

João Oreste Dalazen chegou à presidência do Tribunal Superior do Trabalho, que também tem Fernando Eizo Ono. Igualmente no Ministério Público Federal já tínhamos marcado presença, com a gestão de Antonio Fernando Barros e Silva de Souza como procurador-geral da República. Faltava nossa presença no Supremo.

Não por acaso, Fachin vinha sendo cogitado havia anos para compor o STF. Por razões que a própria razão desconhece, foi preterido algumas vezes, até se tornar favorito e, enfim, indicado. Uma vitória do Paraná, acima de tudo.

Fachin possui todas as qualificações para o cargo. O Brasil espera muito dele. Há muito tempo não víamos tamanha união em torno de um nome. Estiveram juntas nesse pleito as bancadas paranaenses na Câmara Federal e no Senado da República, lideranças do direito através da OAB-PR e IAP-PR, órgãos judiciários e entidades da sociedade civil, representando o anseio comum de ver o ex-diretor da Faculdade de Direito da UFPR vestir a toga no Supremo.

Fachin, doutor em Direito, possui todas as qualificações para o cargo. O Brasil espera muito dele. Suas credenciais permitem que imaginemos uma passagem brilhante pelo tribunal.

Em seu currículo os números são expressivos. É autor de 145 artigos publicados em revistas especializadas, autor ou organizador de 42 livros e de 137 capítulos de obras doutrinárias do direito, além de ter prefaciado 84 publicações na área. O número de trabalhos em palestras e conferências chega a quase 300 apresentações, conforme noticiado pela imprensa.

A repercussão da indicação foi a melhor possível, com elogios vindos de seus futuros colegas no STF e de juristas de todo o país.

Não podemos esquecer, porém, que ainda resta a sabatina à qual Fachin será submetido no Senado Federal. Sua honradez, conhecimento jurídico de qualificação internacional e experiência como professor e advogado com certeza irão permitir que supere este último obstáculo.

A chegada de Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal mostra não só o reconhecimento da cultura jurídica paranaense como também da nossa sociedade, com frequência acusada de se mostrar mais interessada em destruir do que consolidar biografias, resquício de uma hipotética antropofagia que já não se verifica.

A competência dos advogados paranaenses não precisa ser testada. Ela é demonstrada diariamente nos foros, nos pareceres, nas obras jurídicas. E agora é traduzida na escolha do novo ministro do Supremo.

Para o Instituto dos Advogados do Paraná, a indicação do professor Fachin é duplamente elogiosa. Fundada em 1917, pela primeira vez essa notável instituição verá um de seus membros atingir o mais alto patamar da carreira jurídica no país.

(José Lucio Glomb é presidente do Instituto dos Advogados do Paraná.)

Preço de OPA de ações da Usiminas deve ser baseado em "valor justo", diz CVM

16/04/2015 - Fonte: Reuters

O preço a ser definido para a oferta pública de aquisição (OPA) de ações da Usiminas deverá ser calculado com base em um critério de "valor justo", informou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta quarta-feira.

Na véspera, a CVM havia decidido pela obrigatoriedade de OPA por conta do aumento de participação da Ternium na Usiminas após a compra das ações ordinárias da siderúrgica detidas pelo fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, Previ. Mas, na ocasião, a autarquia não informou em que bases a OPA teria que ser realizada.

Procurada pela Reuters ao longo desta quarta-feira, a CVM respondeu no início da noite que a compra das ações da Previ pela Ternium disparou uma OPA por aumento de participação, "não devendo ser confundida com uma OPA de tag along" por alienação de controle.

Por conta dessa diferença, a CVM informou que o regulamento a ser aplicado é explicitado pelos parágrafos sexto e quarto do artigo quarto da Lei 6.404/76, que estabelecem o conceito de preço justo, a ser definido por meio de laudo de avaliação.

Segundo a instrução 361 da CVM de março de 2002, a OPA por aumento de participação deverá ser realizada "sempre que o acionista controlador, pessoa a ele vinculada, e outras pessoas que atuem em conjunto com o acionista controlador ou pessoa a ele vinculada, adquiram... ações que representem mais de um terço do total das ações de cada espécie e classe em circulação".

A instrução recorre à lei 6.404 para definir o valor justo como sendo "ao menos igual ao valor de avaliação da companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado", ou com base em outro critério aceito pela CVM.

Quando a Ternium comprou em outubro a fatia da Previ na Usiminas, em uma operação que movimentou 616,7 milhões de reais, a participação do grupo latino-americano na siderúrgica brasileira cresceu de 27,66 por cento para 38 por cento. O valor pago foi de 12 reais por ação.

A ação ordinária da Usiminas encerrou nesta quarta-feira com alta de 14 por cento, cotada a 19,15 reais. A preferencial teve ganho de 7,33 reais, a 5,27 reais.

Se a OPA determinada pela CVM fosse motivada por tag along, de pagamento de 80 por cento do preço da aquisição, o valor da oferta pelas ações ON seria de 9,60 reais por papel.

A Ternium informou mais cedo que vai interpor recurso contra a decisão da CVM que obriga a realização da OPA, afirmando ter "absoluta convicção" de que a compra das ações da Usiminas em poder da Previ não obriga a realização de uma oferta pública por todas as ações ordinárias da siderúrgica em poder dos minoritários. A CVM informou que após o envio do recurso, terá 10 dias para se manifestar.

A decisão pela OPA partiu de questionamento interposto pela Nippon Steel, sócia da Ternium na Usiminas que desde setembro está em guerra contra o grupo latino-americano, em uma disputa pela gestão da siderúrgica.

A CVM informou que ainda avalia um pedido de OPA envolvendo tag along apresentado pela CSN em 2014. A CSN, rival da Usiminas, é uma das principais acionistas minoritárias da Usiminas, detendo cerca de 14 por cento das ações ordinárias e 20,7 por cento das preferenciais da maior produtora de aços planos do país.

A CSN afirma que a entrada da Ternium no grupo de controle da Usiminas no fim de 2011 disparou a obrigatoriedade de uma OPA, mas na época, o entendimento da CVM foi de que a operação não disparava uma oferta pública.

GUERRA DE PROCESSOS

Ainda nesta quarta-feira, a justiça de Minas Gerais concedeu uma liminar à Ternium que impede que o empresário Lírio Parisotto, acionista minoritário da Usiminas, assuma a cadeira no Conselho de Administração da siderúrgica para a qual foi eleito no último dia 6.

Segundo o advogado da Ternium, Eduardo Secchi Munhoz, do escritório Mattos Filho, o procedimento adotado para a eleição da Parisotto e seu suplente foi indevido uma vez que não se considerou uma maioria de votos contrários.

Procurado, Parisotto não retornou ligações para comentar o assunto. A Nippon Steel, que divide o controle da Usiminas com a Ternium, não se manifestou.

Além da liminar, a Ternium também tenta na justiça mineira conseguir aval para o retorno dos executivos indicados por ela à gestão da Usiminas.

No fim de setembro, o então presidente da siderúrgica Julian Eguren foi demitido do cargo junto com mais dois altos executivos da empresa sob acusações de recebimento indevido de recursos da companhia. Os executivos negam as acusações.

O afastamento dos executivos disparou uma guerra de disputa de poder entre a Ternium e Nippon Steel que culminou com a eleição de representante de acionistas minoritários, o advogado Marcelo Gasparino, para a presidência do Conselho da Usiminas, no último dia 6.

Segundo Munhoz, a Ternium espera "para as próximas semanas" o retorno do julgamento do recurso da empresa que pede a volta dos executivos afastados. O advogado afirmou que dependendo da decisão, a empresa poderá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em um processo que tende a ser "demorado e difícil".

LDO fixa meta fiscal de 2016 em R\$127 bi e não prevê descontos do PAC

16/04/2015 - Fonte: Reuters

O governo federal fixou em 126,73 bilhões de reais a meta de superávit primário do setor público consolidado para 2016 e não previu o abatimento de gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do alvo, em mais uma mudança da política fiscal do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

A meta de superávit do próximo ano, equivalente a 2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), faz parte do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 entregue ao Congresso Nacional nesta quarta-feira e calculada com base em parâmetros macroeconômicos projetados pelo mercado.

"Não vai ter desconto de nada, a LDO prevê uma meta nominal sem desconto", disse o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa em entrevista a jornalistas.

Em todo o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o governo trabalhou com duas metas de superávit primário -- com e sem descontos, o que contribuiu para a perda da credibilidade da política fiscal. Em 2013 e 2014, além do PAC, as desonerações tributárias também foram descontadas das metas.

Para este ano, o governo prevê desconto de 28,7 bilhões de reais com os gastos do PAC da meta fiscal.

"Faremos um esforço fiscal compatível com todas as metas e políticas do governo", ressaltou o ministro.

De forma desagregada, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) será responsável por um superávit 104,55 bilhões de reais (1,65 por cento do PIB) no próximo ano, enquanto os Estados e municípios, por 22,18 bilhões de reais (0,35 por cento do PIB).

Assim como em anos anteriores, as empresas estatais não irão contribuir com a economia para o pagamento dos juros da dívida pública.

Entre as diretrizes fixadas para 2016, o governo federal manteve o compromisso de cobrir eventual frustração do resultado fiscal dos governos regionais.

Para este ano, o Barbosa disse que acredita ser possível o cumprimento da meta de superávit de 66,3 bilhões de reais, correspondente a 1,2 por cento do PIB e que o corte de gasto público a ser anunciado em meados de maio será compatível com o objetivo fiscal deste ano.

"O contingenciamento será feito no valor necessário para o atingimento da meta, e isso muda com base na flutuação da economia e com a evolução do ajuste fiscal", disse o ministro, afirmando que o Orçamento de 2015 deve ser sancionado na semana que vem. Em 12 meses até fevereiro, o resultado primário está negativo em 0,69 por cento do PIB, recorde para as contas públicas.

DÉFICIT ALTO NA PREVIDÊNCIA

No projeto apresentado ao Congresso, o governo informou ainda que o valor do salário mínimo a vigorar a partir de janeiro de 2016 será de 854 reais. Com esse novo valor do mínimo, o governo calculou que a Previdência Social terá um déficit em 2016 em 81,1 bilhões de reais.

Com a definição do alvo fiscal para 2016, a dívida líquida foi calculada em 34,9 por cento do PIB, enquanto a dívida bruta foi estimada em 61,9 por cento do PIB. "Adotamos uma meta de superávit que promove redução gradual da dívida bruta", disse o ministro, destacando que o objetivo do governo também é manter os programas sociais.

Numa inovação em relação a anos anteriores, o governo está propondo ao Congresso que a folha de pagamento de todos os poderes deverá ter a mesma taxa de crescimento.

De acordo com o Ministério do Planejamento, o valor disponível para expansão da folha de pagamento será distribuído de forma proporcional.

PARÂMETROS

Seguindo a nova diretriz da equipe econômica de utilizar projeções do mercado para a elaboração e execução do Orçamento, o projeto de LDO prevê crescimento econômico de 1,3 por cento no próximo ano e inflação de 5,6 por cento. Com isso, a receita primária foi estimada em 1,490 trilhão de reais e despesa primária em 1,385 trilhão de reais.

O governo também atualizou as projeções para este ano, acompanhando o mercado. A estimativa é de retração de 0,9 por cento do PIB e que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechará o ano em 8,2 por cento, bem acima da meta de inflação de 4,5 por cento, com 2 pontos percentuais de banda para cima ou para baixo. As taxas Selic e de câmbio foram estimadas em 13,25 por cento e em 3,21 reais por dólar ao fim de 2015.

Índices seguem salto global e avançam

16/04/2015 - Fonte: Reuters

A maioria dos mercados asiáticos seguiu a direção de um salto global em equities e subiu nesta quinta-feira. Indicadores econômicos depreciantes têm sido bons para ativos de risco esta semana, com dados fracos da China divulgados na quarta-feira aumentando ainda mais expectativas por estímulos monetários de Pequim, enquanto dados igualmente fracos dos Estados Unidos também ajudaram a atenuar as perspectivas de elevação antecipada dos juros pelo Federal Reserve, banco central do país.

Uma recuperação no petróleo tem dado um impulso adicional às ações ao fortalecer papéis do setor de energia.

Às 7h54 (horário de Brasília), o índice MSCI que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão avançava 1,56 por cento.

O índice japonês Nikkei teve alta de 0,1 por cento, recuperando uma queda devido a um iene mais forte.

- . Em TÓQUIO, o índice Nikkei avançou 0,08 por cento, a 19.885 pontos.
- . Em HONG KONG, o índice HANG SENG subiu 0,44 por cento, a 27.739 pontos.
- . Em XANGAI, o índice SSEC ganhou 2,71 por cento, a 4.194 pontos.
- . Em SEUL, o índice KOSPI teve ganhos de 0,94 por cento, a 2.139 pontos.
- . Em TAIWAN, o índice TAIEX registrou alta de 1,22 por cento, a 9.656 pontos.
- . Em CINGAPURA, o índice STRAITS TIMES caiu 0,24 por cento, a 3.531 pontos.
- . Em SYDNEY o índice S&P/ASX 200 avançou 0,66 por cento, a 5.947 pontos

Nelson Barbosa prevê que economia voltará a crescer no segundo semestre

16/04/2015 - Fonte: Correio Braziliense

Depois de cair no primeiro semestre, a economia voltará a crescer na segunda metade do ano, disse hoje (15) o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. A recuperação, no entanto, será insuficiente para reverter a queda da atividade econômica no início de 2015, fazendo o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) encerrar o ano com queda de 0,9%.

A previsão consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, lei que define diretrizes e parâmetros para o Orçamento do próximo ano. De acordo com o ministro, o governo espera contração no primeiro trimestre, estabilidade no segundo e crescimento baixo no terceiro. Somente a partir do quarto trimestre, disse Barbosa, a economia deverá apresentar crescimento expressivo.

“Será um processo parecido com o que ocorreu em 2009, no auge da crise econômica global. Tivemos um primeiro semestre de queda e um segundo semestre com crescimento, mas não o suficiente para compensar”, destacou o ministro.

Barbosa mencionou sinais de que a economia parou de cair no segundo trimestre. “A evolução do mercado financeiro, que consegue se antecipar ao restante da economia, indica que o pior já passou. O dólar se estabilizou, a bolsa de valores subiu e a curva de juros está se inclinando. As taxas de longo prazo [no mercado futuro] começaram a cair”, disse.

O ministro reiterou que o cálculo do PIB, assim como das demais variáveis econômicas no projeto da LDO, levou em conta as projeções do mercado. “As previsões do Boletim Focus [pesquisa semanal do Banco Central com instituições financeiras] mudam constantemente, então pegamos uma média das estimativas para usar na LDO”, declarou.

Barbosa esclareceu que o governo descartará usar o mecanismo que permite abater gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta de superávit primário – poupança para pagar os juros da dívida pública. “Em 2015, já deixamos de usar esse mecanismo. A meta de 2% do PIB para 2016 também não considera os abatimentos do PAC. O número que estamos anunciando é a meta que será efetivamente cumprida e aparece nos resultados do Banco Central”, explicou.

Portaria do MEC determina economia de recursos públicos a órgãos vinculados

16/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

Economizar água e energia transformou-se em política oficial do Ministério da Educação (MEC). Hoje (15), o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, assinou portaria determinando que tanto o MEC quanto autarquias, órgãos, fundações e empresas públicas vinculados à pasta integrem esforços para o uso racional dos recursos públicos.

“Temos de mudar a concepção e saber que os recursos economizados em despesas correntes são mais recursos para investir em educação”, disse Ribeiro, ao participar do Congresso Internacional de Gestão de Inovação da Educação no Setor Público (Cigisp), momento em que assinou o documento.

A portaria estabelece que os órgãos e entidades devam adotar um modelo de gestão estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos, em consonância com programas já existentes no governo federal, como o Coleta Seletiva Solidária, que trata de reciclagem.

“Não se trata de uma medida de emergência, provisória, mas uma mudança de concepção, de acabar com qualquer tolerância com desperdício”, acrescentou Ribeiro.

Durante o congresso, foi apresentada a Coletânea Desafio da Sustentabilidade, formada a partir da consulta pública Desafio da Sustentabilidade, lançada no ano passado para reunir sugestões capazes de economizar água e energia. Participaram as universidades e os institutos federais. As melhores soluções foram agrupadas na cartilha e premiadas nesta quarta-feira.

A portaria determina, ainda, que a coletânea seja utilizada na implementação de boas práticas pelos órgãos e entidades federais. A coletânea será disponibilizada na internet, com soluções como a utilização da energia solar e eólica. Cada uma é detalhada na instalação e manutenção.

A portaria será publicada nos próximos dias, em um contexto em que o MEC espera decisão da presidenta Dilma Rousseff sobre os cortes do Orçamento. Segundo Ribeiro, a pasta vai contribuir com o ajuste. "Diante do contexto de ajustes orçamentários, chamou a atenção a necessidade de fortalecer projetos de economia dos gastos que temos", concluiu o ministro.

MV Agusta assume a gestão da marca no Brasil

16/04/2015 - Fonte: Automotive Business



A Dafra Motos, que atualmente detém o direito de produção e venda dos modelos MV Agusta, passará para a subsidiária brasileira da fabricante a gestão da marca italiana. A mudança entra em vigor a partir de 1º de junho. Dessa forma, a própria MV Agusta será a responsável pela distribuição das motos, pós-venda e comunicação. A montagem local, no entanto, continuará ocorrendo dentro da fábrica da Dafra, em Manaus (AM).

A nova fase da MV Agusta faz parte de um movimento mundial iniciado no fim de 2014 com o fechamento de um acordo de cooperação com a alemã Mercedes-AMG, empresa do Grupo Daimler AG que alterou a configuração societária da companhia italiana (a AMG tem atualmente 25% das ações) e incluiu atividades nas áreas de vendas e marketing.

Para dar andamento ao novo projeto, o executivo Vladimir Zaitseff estará à frente da subsidiária da MV. Com quase 30 anos de experiência no setor automotivo e passagens pelas áreas comercial, marketing e pós-venda em empresas como BMW e Honda, Zaitseff irá promover no Brasil mudanças que já ocorrem em outros países.

São Paulo eleva participação na produção nacional de veículos

16/04/2015 - fonte: Automotive Business



Da produção nacional de veículos de 2014 – 3,14 milhões de unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, 45,3% ou 1,43 milhão de unidades saíram das linhas de montagem localizadas em São Paulo, representando aumento de 2,5 pontos

porcentuais com relação à participação de 42,8% verificada em 2013.

De acordo com a Investe São Paulo, agência de promoção de investimentos do governo estadual, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento econômico, ciência, Tecnologia e Inovação, o resultado indica que São Paulo foi o único entre os três principais produtores do País – São Paulo, Minas Gerais e Paraná – a aumentar sua participação, considerando os três últimos anos, citando dados da Anfavea:

“Esses resultados provam que São Paulo continua sendo o principal celeiro do mercado automotivo brasileiro”, comenta Juan Quirós, presidente da Investe São Paulo.

De acordo com o executivo, a evolução em processos produtivos, tecnologia, inovação e desenvolvimento de produtos beneficiaram o setor durante o ano passado: “Multinacionais instalaram ou expandiram operações em São Paulo e novas unidades industriais foram inauguradas, o que possibilitou a retomada do percentual de participação na produção nacional que o estado apresentava no fim da década passada”.

A Investe SP intermediou 22 projetos do setor automotivo em São Paulo até o momento, entre eles as fábricas da Hyundai, em Piracicaba, e a segunda unidade da Toyota, em Sorocaba. Em 2104, cinco planejamentos assessorados pela agência iniciaram suas operações: Chery, em Jacareí, a ampliação da estamparia da Hyundai e o laboratório de motores da Toyota. A fábrica da Mercedes-Benz, em Iracemápolis e cujas atividades têm início previsto para janeiro de 2016, também recebeu o apoio do órgão.

O aumento das operações das montadoras no estado também atraiu diversos fornecedores, incluindo estrangeiros, para complementar a cadeia produtiva do setor. A agência contabiliza a chegada de onze empresas que atuam na produção de peças, motores e outros componentes.

“A Investe SP dá suporte a toda cadeia da indústria automotiva, não importando o porte da empresa ou produto fabricado. A instalação de uma grande montadora muda o destino de uma cidade. Centenas de empregos diretos e indiretos são criados e parte importante deles é gerada pela rede de fornecedores que se instala na região”, observa Quirós.

Além disso, incentivadas pelo Inovar-Auto, que estabelece novos patamares de eficiência energética e conteúdo local, o estado também atrai investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como o Centro de Pesquisas em Engenharia da PSA Peugeot Citroën e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), anunciado em novembro de 2014.

Greve na Chery em Jacareí tem mais um capítulo

16/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da Chery de Jacareí (SP) permanecem em greve há dez dias e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região entrou na quarta-feira, 15, com uma ação de dissídio coletivo na 15ª Região do Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas. Na rodada de negociação com o sindicato, ocorrida no dia 14, a Chery propôs reajuste apenas para o piso salarial, mantendo congeladas as outras faixas de salário.

O piso passaria de R\$ 1.199 para R\$ 1.400 este mês e para R\$ 1.470 em setembro (data-base da categoria). Ainda pela proposta da Chery, não haveria campanha salarial na unidade este ano. A proposta foi rejeitada na mesa de negociação pelo sindicato e, em assembleia realizada no dia 15, os trabalhadores decidiram entrar com a ação de dissídio coletivo.

O Sindicato reivindica salários e direitos compatíveis com o setor automotivo, como redução da jornada para 40 horas semanais (hoje a Chery impõe 44 horas, segundo o sindicato), fim da terceirização irregular e extensão do convênio médico para os familiares dos trabalhadores.

VW de São Bernardo vai parar por dez dias

16/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A queda nas vendas da Volkswagen no primeiro trimestre está levando a montadora a adotar um recesso em toda a unidade Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP). Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a parada deve ocorrer de 4 a 10 de maio, na sequência do feriado de 1º de maio, que resultará em dez dias sem atividades. A VW do ABC foi a primeira unidade da montadora fora da Alemanha e tem cerca de 13 mil funcionários. Ali são montados o Gol e a picape Saveiro.

Em janeiro a unidade enfrentou uma greve que durou 11 dias como protesto pela iminência de 800 demissões. Naquele mês, a manifestação conseguiu reverter os cortes e resultou em um acordo coletivo entre montadora e metalúrgicos, com garantia de emprego, investimentos na unidade e vigência até 2019.

Votação do projeto de terceirização é adiada para próxima semana

16/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

A votação do projeto que regulamenta a terceirização no país foi adiada novamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), após pressão de partidos da base do governo e da oposição. O tema voltará a ser discutido na próxima quarta-feira (22).

Na semana passada, foi aprovado o texto principal do projeto, com amplo apoio dos parlamentares, com exceção, principalmente, do PT. Nesta semana, estavam sendo discutidas emendas propostas pelos deputados. São quase 30 sugestões apresentadas individualmente e cerca de 15 emendas que agrupam propostas.

Alguns partidos, como o PSDB, mudaram de posição e ameaçaram rever os principais pontos já aprovados. O partido vai liberar seus 52 deputados federais a votar como quiserem. Sob o argumento de que estudou melhor o tema e que é sensível à pressão das redes sociais, o partido rachou ao meio.

Ontem, a votação foi interrompida depois que foi aprovado um destaque do PSDB que tirou as empresas estatais do projeto. Na prática, elas não ficarão liberadas para terceirizar todas as suas atividades.

Nesta quarta-feira (15), a primeira questão a ser votada era o pedido de adiamento da votação, feito pelo governo. Vários partidos estavam a favor de postergar as discussões, inclusive os tucanos. No meio da votação, Cunha interrompeu os trabalhos e fechou acordo com os parlamentares para encerrar as discussões por hoje.

A proposta, que tramita desde 2004, libera a terceirização de todas as atividades de uma empresa privada.

Para as estatais, vale a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que proíbe que as empresas terceirizem outras etapas de sua chamada atividade-fim.

Alguns parlamentares, no entanto, tenta limitar a terceirização às atividades secundárias, como limpeza e vigilância em uma montadora, por exemplo.

Outro ponto polêmico é a retenção antecipada, pela contratante, do INSS devido pela terceirizada. Há três propostas para incluir essa regra no projeto, uma do PT, uma do PMDB e outra do Solidariedade. A primeira prevê um recolhimento maior de tributos e posterior devolução pelo governo do que for pago a mais.

Alguns deputados também querem que a contratante responda solidariamente pelos direitos dos seus empregados. No seu formato atual, o projeto diz que é necessário primeiro acionar a terceirizada na Justiça.

Por outro lado, a nova lei obriga a prestadora a fazer um depósito para garantir o pagamento de direitos trabalhistas. Também obriga o contratante a fiscalizar mensalmente se as obrigações estão sendo recolhidas.

Para os defensores do projeto, ele garante os direitos dos 12 milhões de terceirizados no país. Quem é contra diz os demais trabalhadores serão prejudicados.

Integrantes de centrais como a CUT, além de partidos como PSTU, PCB, PCdoB e PsoI promoveram manifestações por todo o país contra o projeto nesta quarta.

DERROTA

O adiamento é a primeira derrota política de Cunha desde que ele assumiu o cargo, em fevereiro, e foi comemorado por parlamentares do governo.

Cunha disse que não houve derrota e que ele apenas atendeu a um apelo. Segundo ele, partidos que não defendiam o adiamento mudaram de posição. Principalmente depois que apareceram novas emendas que não eram de conhecimento da maioria dos parlamentares.

O presidente da Câmara disse acreditar que a maioria dos deputados votaria para manter a votação, como ele queria. "Eu acho que não iria adiar, pelo termômetro que eu tenho. Mas ia ser uma maioria precária", afirmou. "Seriam votações muito apertadas e acabaria não rendendo."

Afirmou também que o acordo firmado hoje prevê que não haverá utilização de outras matérias para trancar a pauta de votação. "O compromisso de todos é que nada será obstruído. Tudo que aparecer para votar a gente vota."

Cunha afirmou que os líderes da Câmara podem tentar um acordo até quarta-feira para retirar pelo menos parte das emendas que reúnem sugestões para alterar mais de um artigo do projeto. Quando duas emendas desse tipo tratam do mesmo assunto, a aprovação da primeira impede que a segunda seja votada.

Outra opção seria reunir os pontos sobre os quais possa haver acordo em uma única emenda e deixar os demais para votações em separado.

Receita facilita entrada de empresas em regime especial de exportação

16/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

A Receita Federal tornou mais fácil o acesso ao programa que simplifica a tributação para empresas importadoras de insumos que serão industrializados e posteriormente exportados. A partir desta quarta-feira, ficam reduzidas as exigências de ingresso ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (Recof).

O Recof suspende o pagamento de tributos que incidem na importação dos insumos. As empresas ficam livres de pagar o imposto de importação, o IPI vinculado à importação e o PIS Cofins de importação por um prazo de até dois anos. Se os insumos forem usados na produção de produtos industrializados que serão exportados, há isenção do pagamento. Somente se esses produtos forem vendidos no mercado interno, a tributação é feita.

Pela regra anterior, apenas empresas com um patrimônio líquido de R\$ 25 milhões se qualificavam para o regime. O valor foi reduzido para R\$ 10 milhões. O compromisso de exportação anual por essas empresas também caiu de US\$ 10 milhões para US\$ 5 milhões.

Outra mudança, adotada após consulta pública, foi o fim da exigência de que a companhia seja habilitada à Linha Azul, procedimento de facilitação aduaneira. O subsecretário de Aduana e Relações Internacionais substituto da Receita Federal, Luís Felipe Reche, explicou que o requisito foi retirado, já que a Linha Azul será integrada ao programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), que certifica empresas com baixo risco em suas operações. "A empresa que não têm a Linha Azul já pode fazer adesão imediata ao Recof", explicou.

Além disso, a Receita só permitia que os insumos importados fossem armazenados em depósitos fechados ou em porto seco. A partir de agora, será possível armazenar em pátios externos e armazéns gerais. As alterações constam em instrução normativa publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

De acordo com Reche, as ações vão aumentar a competitividade do comércio exterior e melhorar o ambiente de negócios. "Vai fomentar o processo de industrialização e a exportação, reduzindo os custos dos insumos e facilitando a logística", afirmou. Ele ressaltou que as mudanças não se configuram como isenção tributária e não vão gerar impacto orçamentário.

Hoje, 18 grandes empresas fazem parte do regime e exportam cerca de R\$ 10 bilhões ao ano nessa modalidade. A Receita Federal espera que com essas alterações, além da simplificação dos sistemas informatizados que deve ser lançada até o meio do ano, aproximadamente 200 companhias sejam incluídas no regime, gerando um valor total exportado ao ano de R\$ 30 bilhões.

MEIs vão se tornar a maior categoria empresarial do País

16/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Em quase seis anos, o Brasil assiste a uma façanha inédita de formalização de donos de micronegócios espalhada por todos os 5.570 municípios brasileiros e aplaudida por até organismos internacionais.

O fenômeno é a adesão à figura jurídica do Microempreendedor Individual, também conhecido pela abreviação MEI. Desde que passou a vigorar em julho de 2009, o Portal do

Empreendedor saiu do zero e registrou até 31 de março deste ano o total de 4.876.141 inscrições.

Nesse período, os quase 5 milhões de MEIs avançaram rapidamente e estão cada vez mais próximos para ultrapassar a marca de 6,4 milhões de micro, pequenas, médias e grandes empresas registradas no País até 2012. Os dados são de estatísticas mais recentes reunidas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Assim, os MEIs vão se tornar a maior categoria empresarial do País em pouco tempo. Isso porque, de acordo com o mesmo levantamento do Dieese, o ritmo de crescimento das empresas maiores é bem menor - surgiram 900 mil novas empresas no período de 2006 a 2012 antes os quase 5 milhões de MEIs em período semelhante.

"Em pouco mais de cinco anos, o número de MEIs é quase igual ao número de microempresas e empresas de pequeno porte e o seu ritmo de crescimento continua acelerado", afirma o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, ex-vice-governador e ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo.

"Com o MEI, foi possível concretizar não só o sonho de muitos batalhadores brasileiros, mas também o meu: o de viver em um país de empreendedores reconhecidos e com plenas condições de crescimento na busca por uma vida melhor", complementa.

Prioridade

Atento à expansão do MEI, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promove, de 13 a 18 deste mês, a 7ª Semana do Microempreendedor Individual nos 26 estados e no Distrito Federal.

Uma intensa programação de atividades será desenvolvida para capacitá-los a empreender com sucesso. Haverá também o lançamento de um aplicativo para o MEI gerir o próprio negócio pelo celular.

"Para este ano, temos como objetivo contribuir com a capacitação dos quase 5 milhões de microempreendedores já formalizados no País", antecipou ao DCI o presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barretto.

"Sabemos o quanto é importante ter uma gestão eficiente e um bom planejamento para que as empresas possam elevar o seu nível de produtividade e competitividade. Nesse contexto, é essencial que o empresário esteja bem preparado", detalhou.

Avanço do trabalho decente

O MEI é uma experiência inédita no Brasil e no mundo, elogiada inclusive pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por ter inaugurado uma desburocratizada opção de oportunidades a quem parecia condenado a ser perseguido pelo poder público na economia informal.

"A figura do Microempreendedor Individual (MEI) vem contribuindo significativamente para a redução da informalidade em diversos municípios do País", assinala o Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente, lançado pela OIT em novembro de 2014.

Os MEIs representam boa parte dos 10 milhões de empreendedores urbanos que viviam na chamada economia informal na década passada e ainda hoje, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pelo Portal do Empreendedor, os chamados trabalhadores por conta própria ganharam não somente CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), mas também autoestima e cidadania empresarial para não ter medo dos "rapas".

Dessa forma, o MEI passou a ser encarado não mais como alguém que vivia à margem da lei, mas como quem deve passar a ser observado como gerador de renda e até de empregos com carteira assinada.

Mediante o pagamento de taxa mensal inferior a R\$ 50,00, a maioria passou ainda a ter acesso a direitos previdenciários que nunca imaginava vir a usufruir um dia, a exemplo de auxílio-doença, licença-maternidade, aposentadoria e, muito menos, deixar pensão para seus familiares quando vier a faltar.

Atualmente, há quase 500 atividades empresariais que podem ser exercidas por Microempreendedores Individuais. A lista completa está disponível para consulta no próprio Portal do Empreendedor. Lá, também são relacionadas as atividades e as profissões vetadas pela legislação.

TCP atrai cargas com investimento no modal ferroviário

16/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

O TCP (Terminal de Contêineres de Paranaguá) investiu pesado na ampliação e modernização do modal ferroviário que liga importadores e exportadores ao porto. Em média, o terminal movimenta 40 mil contêineres mensais, sendo que 15% desta carga chegam ao complexo por meio de ramais ferroviários que acessam diretamente o pátio.

Segundo Luiz Antonio Alves, CEO da TCP, os investimentos dedicados ao modal no último ano permitiram a ampliação da capacidade de movimentação de contêineres via ferrovia. Hoje, são movimentados 6 mil contêineres por mês e a expectativa é atingir, até o final do ano, um crescimento de 50%, chegando aos 9 mil contêineres ao mês.

Antes das obras de ampliação dos canais ferroviários, a TCP operava com dois ramais com plataformas capacitadas para transportar 22 contêineres cada. Com a ampliação, além dos ramais anteriores, dois novos foram criados com plataformas que suportam até 40 contêineres por vez. Cargas refrigeradas (em especial, frango e bovinos), madeira e soja estão entre os setores que mais vem utilizando o modal.

CURTAS: Hytera desenvolve novo modelo de rádio para setor de mineração

16/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Hexagon Mining inicia série de eventos voltados para tecnologia na mineração

A Hexagon Mining inaugura nesta segunda-feira (13), no Arizona, Estados Unidos, o MineQuest 2015, uma série de eventos globais promovidos pela empresa. Entre os principais objetivos do programa está a visão de uma solução integrada de vida útil da mina para a indústria, de acordo com o presidente brasileiro da Hexagon Mining, Hélio Samora.

"Nós estamos integrando planejamento de mina, operações e segurança para fazer um produto que seja fácil de comprar, implementar e ajudar", afirmou o CEO. Uma das marcas da Hexagon Mining é a Devex, companhia brasileira desenvolvedora de software de automação para o setor de mineração, que foi adquirida em novembro de 2013 pela empresa sueca. As informações são de comunicado enviado pela Hexagon hoje.

Schmersal lança nova linha de chaves PS 116 no Brasil

A alemã Schmersal lançará neste mês no Brasil a linha de chaves fim de curso PS 116 para a área de automação e aplicações de segurança. Quatro modelos de invólucros simétricos estão disponíveis, sendo dois com saída a cabo e dois com conector, em baixo e à direita, o que reduz o tempo de instalação em comparação com os modelos tradicionais.

As chaves fim de curso possuem um contato normalmente fechado ou aberto, ou ambos, que quando a extremidade é tocada, comuta o contato, evitando ou permitindo a passagem da corrente. Toda a linha PS 116 possui ruptura positiva nos contatos normalmente fechados (NF) de acordo com a IEC 60947-5-1. As informações são de comunicado enviado à imprensa pela Schmersal nesta segunda-feira (13).

Rockwell Automation e Cisco oferecem curso de gerenciamento

A Rockwell Automation, em parceria com a Cisco, vai oferecer um curso de formação e certificação de especialista em Redes Industriais com Tecnologia Cisco Networking (IMINS). O curso, que possui duração de um dia, tem turmas agendadas em várias capitais brasileiras até dezembro de 2015.

Ministrado em português, é destinado a profissionais das áreas de manufatura, controle de processos e TI e tem o objetivo de capacitar os estudantes para implementação, operação e suporte à infraestrutura de redes industriais.

O treinamento oferece aos interessados competências e habilidades para instalar, manter e solucionar problemas de sistemas de redes industriais; interpretar o projeto e desenhos para reconhecer topologias industriais e acesso a materiais de referência; e ajudar a garantir disponibilidade, confiabilidade e segurança de redes industriais. As informações são de comunicado à imprensa da Rockweel desta segunda-feira (13).

Hytera desenvolve novo modelo de rádio para setor de mineração

A Hytera, fabricante de equipamentos para comunicação móvel, lançou o modelo MD656, rádio veicular com 1.024 canais, que opera em modo analógico e digital. O equipamento é recomendado para instalação em caminhões e outros veículos do setor de mineração. O MD656 não tem display, aumentando a proteção contra a poeira, segundo a Hytera.

O novo modelo de rádio tem capacidade para utilizar um microfone sem fio, conectado por *bluetooth*, permitindo maior flexibilidade à operação. A Hytera, que está no mercado há 20 anos, desenvolve tecnologias de radiocomunicação para instituições governamentais e privadas de todo mundo, em setores como segurança pública, mineração, petroquímico, transporte e comercial.

Receita do setor de serviços tem pior desempenho desde 2012

16/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A receita apurada pelo setor de serviços brasileiro cresceu 0,8% em termos nominais (sem descontar a inflação) em fevereiro, na comparação com o mesmo mês em 2014, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É o pior desempenho do setor desde o início da série histórica da pesquisa, iniciada em janeiro de 2012.

Em janeiro deste ano, houve elevação de 1,8% na receita dos serviços. No acumulado do ano, o aumento foi de 1,3% e, em 12 meses, a alta correspondeu a 4,7%.

Ainda em relação a fevereiro do ano passado, três dos cinco segmentos do setor registraram variações positivas na receita: serviços prestados às famílias (6,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (3,6 %) e serviços de informação e comunicação (0,6%).

Houve queda em transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (-1,9%) e outros serviços (-0,2%).

Pedágio em estradas federais terá alta extra com nova Lei dos Caminhoneiros

16/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo deverá autorizar, em até 90 dias, uma série de aumentos extras de pedágio nas estradas federais do país, por causa da implantação da nova Lei dos Caminhoneiros, aprovada em março no Congresso e sancionada pela presidente Dilma depois de uma greve do setor.

A lei permitiu que os caminhões vazios paguem pedágio apenas pelas rodas que estiverem no chão, isentando o chamado eixo suspenso. Também permitiu que os veículos trafeguem com mais peso que o permitido antes.

Como isso representa custo e não estava previsto nos contratos, as concessionárias de rodovias terão que ser compensadas com aumento de tarifa, extensão do tempo de contrato ou redução nas obras previstas. A **Folha** apurou que a alta do pedágio deve ser a forma mais adotada.

Decreto que será publicado até esta sexta-feira (17) deverá conter determinação para que a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) reequilibre contratos de concessionárias de rodovias.

A ANTT vai analisar os reajustes caso a caso. Quando o reajuste for permitido, os motoristas de carros, motos e ônibus que pagam o pedágio vão ter que financiar os caminhões isentos.

Mas não apenas eles.

Mais da metade dos caminhões terão custo de pedágio maior que antes da lei. Dos caminhões que passam pelas estradas nacionais, a maioria é de dois ou três eixos. Esse número varia muito de estrada para estrada.

Nas vias mais urbanas, o número de caminhões de até três eixos pode passar de 60%. No interior do país, onde prevalece o setor do agronegócio, fica abaixo dos 30%. Para os caminhões de até dois eixos, não haverá ganho já que não há como levantar um deles.

Os de três eixos só vão ter algum benefício se o aumento do pedágio for menor que 10% para pedágios até R\$ 3, de acordo com levantamento de empresas do setor. Se o aumento for superior a 10%, os caminhões com quatro eixos só vão se beneficiar se a tarifa do pedágio custar até R\$ 4.

Os caminhões com mais de cinco eixos tendem a ganhar em praticamente todos os cenários, até mesmo com aumentos de pedágio superiores a 25%.

CHEIO OU VAZIO?

A partir deste sábado, a isenção para os caminhões entrará em vigor. O decreto vai considerar que todo caminhão com eixo levantado está isento. O Contran (Conselho Nacional de Trânsito) tem prazo de 180 dias para regulamentar como será a conferência sobre se o veículo está vazio ou não.

Nas rodovias estaduais, ainda não há decisão sobre aumento da tarifa. O secretário de Logística e Transporte de São Paulo, Duarte Nogueira, disse à **Folha** que vai aguardar a definição oficial do governo federal sobre a fiscalização. Segundo ele, há dúvidas sobre o que será considerado caminhão vazio.

Carlos Roesel, que representa caminhoneiros numa comissão criada pelo governo para regulamentar a lei, diz que a legislação é auto-aplicável e não há motivo para que ela não seja cumprida a partir de sábado. "Cada concessionária que crie meios para fiscalizar", disse Roesel.

CNI prevê queda de 1,2% no PIB e recuo de 3,4% na indústria em 2015

16/04/2015 - Fonte: Diário da Manhã

A retração na economia levou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) revisar, para baixo, as estimativas para 2015. Segundo o relatório trimestral Informe Conjuntural, divulgado ontem, a entidade prevê que o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no País) caia 1,2% e que a atividade industrial recue 3,4% neste ano.

A queda na indústria será puxada pela construção civil, que deverá recuar 5,5% e pela indústria de transformação, cuja produção deverá cair 4,4%. Os serviços industriais de utilidade pública, que englobam o fornecimento de energia elétrica e água, deverão encerrar o ano com queda de 2,8%.

A queda na atividade industrial, somada ao recuo esperado de 0,6% no consumo das famílias, fará o setor de serviços cair 0,4% em 2015, tendo a primeira queda em mais de duas décadas.

De acordo com a CNI, o único segmento da economia a não ter desempenho negativo este ano será a agropecuária, mas a expansão será apenas 0,5%.

Em razão do fraco desempenho da economia, a entidade aumentou para 6,7% a taxa média de desemprego em 2015. Em dezembro do ano passado, a CNI projetava crescimento de 1% do PIB, alta de 1% na produção industrial e crescimento de 0,7% no consumo das famílias.

A projeção para a taxa de desemprego estava em 5,2%. Segundo o gerente-executivo de Políticas Econômicas da CNI, Flávio Castelo Branco, a deterioração do quadro econômico foi mais intensa do que se percebia no fim do ano passado, afetando a confiança do empresário industrial e desestimulando os investimentos.

FecomercioSP avalia principais impactos jurídicos do Projeto de Lei da Terceirização

16/04/2015 - Fonte: Blog RT

Com o intuito de enriquecer o debate sobre do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que propõe a regulamentação completa da terceirização das atividades das empresas, questão de extrema relevância econômica e social para o Brasil, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) elenca os principais impactos jurídicos da regulamentação da terceirização no mercado de trabalho.

Recém-aprovado na Câmara Federal, na forma de emenda substitutiva global, o texto tem seus pontos positivos na medida em que contribui com o fim da insegurança jurídica hoje vigente, mas também contém normas que podem dificultar a vida das empresas.

Como pontos positivos, o texto aprovado que poderá sofrer alterações com a aprovação ou rejeição das emendas e destaques apresentados pelos deputados, estão: a possibilidade de o empresário decidir quais setores da empresa serão terceirizados, a exigência da garantia financeira do cumprimento das obrigações trabalhistas relativas aos trabalhadores terceirizados na assinatura do contrato de terceirização e a retenção de um valor adicional na fatura sempre que a prestadora de serviço não comprovar os recolhimentos das obrigações trabalhistas e fiscais dos trabalhadores terceirizados.

Dois pontos do texto aprovado no último dia 8 de abril merecem atenção, pois podem dificultar a vida das empresas contratantes e contratadas. Uma delas é a previsão de a contratante efetuar diretamente o pagamento dos salários, os recolhimentos fiscais e previdenciários e o depósito do FGTS sempre que a prestadora dos serviços não comprovar o recolhimento dessas obrigações.

A Federação destaca a possibilidade de a empresa tomadora do serviço não possuir acesso aos registros dos trabalhadores terceirizados, o que inviabilizará o pagamento direto por parte da contratante, e sugere, nessa hipótese, que o projeto preveja a simples retenção dos valores com base na média dos recolhimentos feitos até então, com sua liberação mediante a apresentação das guias devidamente recolhidas pela prestadora.

O outro ponto é a possibilidade de a tomadora do serviço poder terceirizar “parcela” de qualquer uma de suas atividades. O texto pode abrir ensejo à definição – pela Justiça do Trabalho – de um “porcentual máximo” de trabalhadores que possam ser terceirizados pelas empresas, retornando ao cenário atual de insegurança jurídica.

A Entidade sugere a alteração da expressão “parcela de suas atividades”, com previsão expressa de que as empresas contratantes possam terceirizar qualquer área ou setor de suas atividades, eliminando esse risco.

Tanto as empresas contratantes como as prestadoras de serviços terão de reavaliar suas atividades, incluindo os contratos em vigor, para saber quais serão os novos custos que terão a partir da vigência da nova Lei, já que o texto aprovado na Câmara aponta um prazo de 180 dias para adaptação dos contratos vigentes.

Isso traria implicações como a garantia contratual do cumprimento das obrigações e encargos trabalhistas, mediante depósito em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo o ônus da empresa contratada, a comprovação pela contratada de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do contrato e a previsão de fiscalização, pela tomadora, do cumprimento pela contratada das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato (pagamento de salários, recolhimentos mensais do FGTS e da contribuição previdenciária, concessão das férias etc.), sob pena de responsabilidade solidária em relação às obrigações trabalhistas, exigindo o envio mensal pela contratada à contratante, juntamente com a fatura dos serviços prestados, de cópia das guias de recolhimento dessas obrigações, caso contrário a tomadora poderá, ao pagar a fatura, fazer a retenção dos valores não recolhidos pela prestadora.

Por fim, o texto aprovado prevê a garantia contratual obrigatória e poderá, inclusive, citar a retenção na fonte de vários tributos, ocasionando a diminuição do valor líquido das faturas, um prejuízo para as empresas prestadoras de serviços, e o aumento de despesas administrativas para as tomadoras, já que muitas delas – principalmente as de grande porte –, terão de criar áreas de controle para gerenciar os contratos de terceirização, já

que a exigência de objeto social único fatalmente aumentará o número de empresas contratadas.

A Entidade ainda enfatiza as vantagens da regulamentação, que não pode ser confundida com a precarização do trabalho, no que diz respeito à modernização de processos, aumento de eficiência, atualização tecnológica – decorrentes da organização dos processos produtivos em redes, em que etapas de produção são executadas por empresas terceirizadas especializadas, incentivando a qualificação profissional, a geração de mais empregos, produção eficiente e, proporcionalmente, o aumento da renda.

Projeto de Lei da Terceirização aumenta a Competitividade da Economia e fortalece as Relações do Trabalho no Brasil, diz a CNI

16/04/2015 - Fonte: FIEP

A aprovação do Projeto de Lei 4.330/2004 pela Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, 8 de abril, é considerada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, um grande avanço para o Brasil, para suas empresas e seus trabalhadores, já que vai ampliar a segurança nas relações do trabalho no país, contribuindo assim para a melhoria da competitividade da economia como um todo.

Para o Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP, Francisco Benevides Gadelha, a terceirização é um fato do mundo atual, presente na organização produtiva das empresas no mundo todo.

“Existe um consenso entre todas as Federações, não só da Indústria, mas todos os setores produtivos do Brasil são favoráveis a terceirização. O Mundo inteiro pratica a terceirização, como nós seríamos eficientes no processo de fabricação de automóveis, se nós não seguissemos o modelo de fabricação japonês, em que alguém faz a bateria, outro faz o farol, o painel, enfim, hoje as fábricas de automóveis, cuidam apenas da montagem, de juntar todas as peças para fazer sua atividade fim, que é fazer o automóvel rodar nas estradas do país. Então é fundamental que nós tenhamos a terceirização”, disse o Presidente da FIEP.

Apesar disso, o PL 4330 continua sendo alvo de ataques descabidos e fruto de desinformação. Desde que foi apresentado, em 2004, o Projeto foi debatido amplamente entre representações de trabalhadores e de empregadores. Ao longo de 11 anos, a proposta evoluiu, acrescentando um conjunto de cláusulas que impõem regras para uma terceirização responsável, com segurança para o trabalhador terceirizado e empresas. Tanto que quatro das seis centrais sindicais apoiaram o projeto.

O texto do PL 4330 aprovado em 8 de abril, portanto, não rasga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pelo contrário, a proposta oferece regras claras para regular o que já existe no Brasil e no mundo. Precário é como está hoje, sem uma lei que equilibre o estímulo ao desenvolvimento da economia com a devida proteção ao trabalhador.

Entre as proteções incluídas na proposta e já aprovadas pela Câmara dos Deputados, estão, o cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados pelas empresas prestadoras de serviços ou produtos, que terão que reservar 4% sobre o valor do contrato para esse fim.

O Projeto estabelece ainda que a empresa prestadora de serviço não pode ser simples fornecedora de mão de obra para a contratada. É obrigada a prestar serviço específico e especializado. Outro aspecto importante é que o Contratante e o Terceirizado não podem manter vínculo empregatício, o que inibe qualquer chance de pejetização, que nada mais é que uma prática onde o empregado, coagido ou não pelo empregador, abre uma empresa e presta serviço como pessoa jurídica; ou ainda numa situação, onde o quadro

societário da empresa é ampliado para incluir o empregado como “pseudo-sócio” ou “sócio-trabalhador”, o qual, detendo cotas irrisórias, não tem uma participação real na empresa ou nos negócios, percebendo somente o status de sócio.

O Artigo 16 do Projeto determina ainda, “A empresa que contrata serviços terceirizados é obrigada a fiscalizar e exigir comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa contratada”.

E aquela que contrata serviços terceirizados responderá na Justiça do Trabalho pelo descumprimento, por parte da empresa que fornece os serviços, das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Aos trabalhadores Terceirizados, a empresa que contrata serviços terceirizados deve garantir condições de segurança, higiene e salubridade aos trabalhadores terceirizados. E aquela que descumprir as obrigações previstas na lei estará sujeita a penas administrativas e às multas previstas na legislação do trabalho. Sendo assim fica claro que o Projeto é favorável a segurança dos trabalhadores e ao fortalecimento do setor produtivo do país

CSN estuda se desfazer de sua participação na Usiminas

16/04/2015 - Fonte: O Estado de S.Paulo

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) bateu o martelo e decidiu que chegou a hora de se desfazer de suas ações da Usiminas, segundo apurou o Broadcast, serviço em tempo real da *Agência Estado*. A intenção, ainda em estágio inicial, é vender para um dos controladores os papéis com um prêmio em relação ao valor negociado em bolsa.

No entanto, a CSN já vem encontrando barreiras nessa possível operação, pois a venda das ações dispararia a necessidade de realização de oferta pública de aquisição (OPA) por aumento de controle por parte do controlador. Além disso, as ações estão fora do bloco de controle e, dessa forma, não fariam diferença na atual disputa entre os controladores (a japonesa Nippon e a ítalo-argentina Ternium).

A CSN vem, desde 2012, brigando para conseguir o tag along, mecanismo que protege o acionista minoritário, sob alegação de que houve troca de controle na Usiminas quando a Ternium entrou no capital social da siderúrgica mineira.

Parisotto. Ontem, a Ternium obteve liminar suspendendo a eleição do empresário Lirio Parisotto e seu suplente, Mauro Cunha, cujos nomes foram aprovados para o conselho de administração da Usiminas em assembleia no último dia 6.

Dívidas das empresas em dólar cria risco à estabilidade financeira do Brasil, diz Lagarde

16/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A diretora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, avalia que o risco sistêmico decorrente do aumento da alavancagem e do endividamento das empresas brasileiras em dólar, da queda de receitas com exportações de commodities e do rápido crescimento do crédito criam riscos para a estabilidade financeira do Brasil e outros emergentes, como Argentina e Nigéria, de acordo com a agenda de política econômica da dirigente divulgada nesta quinta-feira.

Lagarde recomenda que o Brasil implemente reformas na educação e no mercado de trabalho para estimular a competitividade e aumentar a produtividade. A diretora-gerente

do FMI menciona o Brasil ainda para falar do fraco crescimento do país, que caiu abaixo da expectativa, e também cita a Rússia.

Os dois mercados, aliás, devem ter o pior desempenho entre os principais países emergentes em 2015, com a economia brasileira contraindo 1% e a russa encolhendo 3,8%, ante expansão de 3,5% prevista para o Produto Interno Bruto (PIB) global.

"O crescimento global continua a ser desigual e as perspectivas de um novo desempenho medíocre persistem", afirma Lagarde. A recuperação nos Estados Unidos, Reino Unido e Índia ganham impulso, enquanto piora em outros mercados importantes, como o Brasil e a Rússia.

Lagarde faz algumas recomendações para os governos dos países membros do FMI. Uma delas é que a política monetária acomodatória seja mantida em alguns países, como os da zona do euro, além de uma política fiscal favorável ao crescimento.

A dirigente reforça ainda a necessidade de reformas estruturais e mais investimento em infraestrutura em diversos países. "Resolver problemas estruturais precisa se tornar uma prioridade muito mais alta."

Além disso, Lagarde afirma que é essencial que os governos assegurem a estabilidade financeira, acompanhando mais de perto o endividamento das empresas e estimulando o investimento, ao invés da tomada de risco no mercado financeiro.

"A proximidade do aumento da taxa de juros dos EUA e grandes variações cambiais exigem políticas pró-ativas para gerenciar riscos e crescente alavancagem, principalmente por empresas de mercados emergentes", afirma Lagarde.

"Os mercados emergentes devem se proteger contra ventos contrários e fortalecer a estabilidade", afirma a dirigente. Para isso, precisam resolver problemas estruturais e reforçar o arcabouço de políticas macroeconômicas. Ela ressalta ainda que eles precisam resolver a vulnerabilidade externa.

"A maior prioridade é prevenir um 'novo crescimento medíocre'", afirma Lagarde. "A recuperação global frágil enfrenta riscos elevados de deterioração", ressalta. "A queda acentuada dos preços do petróleo e grandes movimentos da taxa de câmbio criam novos desafios e oportunidades", afirma Lagarde, ressaltando que o crescimento e assessoria de política econômica são cada vez mais específicas de cada país.

Os riscos para a economia mundial persistem. O petróleo, por um lado, pode representar um estímulo para o crescimento maior que o esperado. Por outro, há a preocupação de que os preços voltem a subir rápido, criando mais instabilidades.

A dirigente cita ainda o risco de que uma valorização duradoura do dólar leve a uma recuperação desequilibrada da economia global.

"Os países emergentes estão mais expostos a uma apreciação acentuada do dólar e correm o risco de uma reversão dos fluxos de capital."

A diretora do FMI ressalta ainda que a volatilidade aumentou nos últimos meses no mercado financeiro internacional. Eventuais surpresas no processo de normalização da política monetária dos EUA podem desencadear turbulência no mercado financeiro, ressalta Lagarde. Ela menciona ainda o risco da piora de tensões geopolíticas.

Hábitos que podemos mudar na crise para economizar nas contas

16/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A palavra de ordem é reduzir os desperdícios e controlar o orçamento. Começa com atitudes simples e que de há muito deveriam estar incorporadas aos nossos hábitos, como desligar as luzes quando não há ninguém naquela sala ou quarto.

Ou de ser rigoroso com o consumo de água, fechando torneiras enquanto escovamos os dentes ou se ensaboa no banho. São hábitos simples com os quais poupamos recursos que afetam o meio ambiente e sentimos menos os impactos da alta das tarifas.

É o caso da água e da energia elétrica. Graduar chuveiros e geladeiras de acordo com a estação do ano, e com a temperatura ambiente.

Não abrir excessivamente a porta da geladeira ou do forno. Há também casos em que além de economizar agimos em prol da saúde, como usar menos o carro para pequenas distâncias.

Hábitos negativos de consumo que pesam no bolso, como o uso intensivo de telefones fixos e celulares, também podem ser repensados. Estão aí os programas de mensagens instantâneas, que os adolescentes conhecem e empregam tão bem, como o WhatsApp, o Messenger e o Skype.

Conversas intermináveis custam caro, e nem percebemos isso, especialmente com as contas em débito automático. Conforme o perfil de uso vale contratar um plano de 'conta familiar', o que reduz os custos. E há, também, as contas 'controle', limitadas a um valor preestabelecido.

Cortando custos de telefone celular, fixo, eletricidade, gás, água, alimentos e roupas, podemos nos preparar para a crise, e sentir menos suas consequências no nosso conforto do dia a dia.

Índice de fevereiro sobe, mas reforça trimestre retraído

16/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A expansão do IBC-Br, em fevereiro, é um candidato forte a revisões posteriores, relativamente comuns nos resultados do índice de atividade econômica, calculado pelo Banco Central.

A alta de 0,36%, em relação a janeiro, surpreendeu o mercado, que esperava retração na base de comparação mensal. A surpresa se prende ao fato de que, naquele mês, tanto a produção industrial quanto o comércio ampliado registraram recuo. O desempenho da agropecuária, em especial a cultura de soja, salvou a lavoura.

Detalhe: o BC ainda não atualizou o IBC-Br à nova metodologia de cálculo das variações do PIB. Assim, é preciso levar em conta as distorções que podem ocorrer nas comparações com a nova série das contas nacionais trimestrais.

A trajetória do comportamento da economia, no primeiro trimestre, foi francamente negativa. As médias trimestrais, os índices acumulados em 12 meses e os comparados com os resultados do ano anterior reforçam a convicção de que a atividade econômica continua em desaceleração.

Essa linha descendente, continuada em fevereiro, será reforçada em março. As indicações de fraqueza da atividade econômica, refletindo baixa confiança, altos estoques e piora no

emprego, atingirão com mais força a indústria de transformação e o comércio varejista e jogarão a economia mais para baixo.

Com base nesse cenário adverso, os analistas projetam para o primeiro trimestre de 2015 uma contração de pelo menos 0,5% sobre os três meses anteriores e de 1,5%, em relação ao primeiro trimestre de 2014.

O projeto que amplia a terceirização traz benefícios?

16/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



Sim. A terceirização é uma realidade no País. Hoje há cerca de 1 milhão de prestadoras de serviços, que geram quase 15 milhões de empregos formais. O que o Projeto de Lei 4330 faz é regulamentar uma situação que já existe.

O projeto não exclui nem reduz direitos dos trabalhadores, ao contrário do que vem sendo afirmado. Os contratados pelas terceirizadas terão os mesmos direitos: irredutibilidade do salário, 13.º, férias, FGTS e demais garantias estabelecidas pela legislação trabalhista. Os acordos coletivos e convenções de cada categoria profissional continuam válidos.

O projeto contém avanços que protegem o trabalhador. Todo contrato será notificado ao sindicato no prazo de dez dias. Está prevista a criação de um fundo-caução para garantir aos trabalhadores o recebimento das verbas salariais, trabalhistas e previdenciárias, algo que hoje não existe. Além disso, a lei inova ao garantir aos terceirizados o acesso aos serviços de alimentação, ambulatório e transporte da empresa tomadora.

Com a regulamentação, a tomadora de serviços terá de zelar pela segurança, higiene e saúde dos terceirizados. É sua obrigação fiscalizar a prestadora. Se a prestadora de serviços não cumprir as suas responsabilidades, a tomadora será corresponsável.

A regulamentação representa segurança jurídica para as empresas. Estimula o investimento na abertura de novas vagas, criação de cargos e oportunidades para profissionais especializados. A Fiesp estima que serão criados 3 milhões de novos empregos.

Pesquisa realizada pelo instituto GPP junto a 801 trabalhadores, de 1 a 3 de abril deste ano, mostrou que 83,8% acham que a regulamentação é positiva; 79,9% acreditam que a lei gerará novos empregos.

Terceirização é especialização, uma tendência mundial que traz às empresas brasileiras as condições de competitividade para o século XXI. Ser contra o PL 4330 é ser contra o progresso, contra os trabalhadores, contra o futuro e contra o Brasil.

** PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP*

Vagner Freitas



Vagner Freitas, presidente da CUT Nacional

Não. O Projeto de Lei 4330 libera a terceirização para todas as atividades das empresas, ou seja, amplia a precarização. Se aprovado, teremos empresas virtuais, sem empregados contratados diretamente pelas empresas - todo mundo será terceirizado. E os empresários terão garantida a segurança jurídica para continuarem com essa política de aumentar os lucros na base da desigualdade de direitos (salários e benefícios dos terceirizados são bem inferiores em relação aos dos contratados).

O texto-base do Projeto de Lei mantém a subcontratação, legalizando a quarteirização, o que dilui ainda mais a responsabilidade pelos direitos do trabalhador terceirizado.

Nem na ditadura militar o Congresso Nacional e os empresários tiveram coragem de votar um projeto como esse, que rasga a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, e acaba com inúmeras conquistas da classe trabalhadora. Até o TST, Tribunal Superior do Trabalho, já se posicionou contra o 4330. É por tudo isso que a CUT é contra e vai até as últimas consequências para lutar contra esse Projeto de Lei.

Quanto aos empresários, eles não querem apenas regulamentar a terceirização, como dizem. Se esse projeto for aprovado, não teremos benefícios para os 12,7 milhões de terceirizados, teremos ampliação da precarização para todo o mercado de trabalho. Se eles estivessem, realmente, preocupados com os direitos e a saúde dos trabalhadores terceirizados debateriam a proposta de regulamentação apresentada pela CUT, que o deputado federal Vicentinho apresentou na Câmara e fariam um acordo com as centrais sindicais e com o Congresso.

Para a CUT, são fatores decisivos no combate à precarização a obrigatoriedade de informação prévia aos sindicatos sobre quais setores as empresas querem terceirizar e por que, a proibição da terceirização na atividade-fim, a responsabilidade solidária e a punição das empresas infratoras. Nada disso está previsto no PL 4330.

O Congresso precisa ouvir o clamor do povo brasileiro e respeitar os direitos dos/as trabalhadores/as.

* *PRESIDENTE DA CUT NACIONAL*

Fitch reduz previsão de crescimento da América Latina neste ano e prevê contração no Brasil

16/04/2015 - Fonte: Agência Estado

A agência de classificação de risco Fitch reduziu a previsão de crescimento da América Latina neste ano para 0,5%, de +1,6% previsto em dezembro do ano passado. Para o Brasil, a Fitch projeta contração de 1,0%, enquanto para Venezuela e Argentina a projeção é de taxas de crescimento negativas.

"O crescimento mais lento, os preços das commodities mais baixos e as contínuas pressões sobre os gastos podem levar a déficits fiscais em 2015", diz a agência no relatório.

Segundo a Fitch, embora os importadores de commodities da América Central e do Caribe possam se beneficiar dos preços mais baixos por meio da inflação menor, das necessidades de financiamento externo menores e de alguma poupança fiscal, os exportadores da região enfrentarão um enfraquecimento da confiança, dos preços dos ativos, dos déficits fiscais e das dinâmicas externas.

A Fitch destacou que a deterioração dos termos do comércio pesou sobre o desempenho dos déficits em conta corrente nos países exportadores de commodities e pode resultar em fluxos de investimento estrangeiro direto mais baixos adiante. "No entanto, colchões externos mais fortes e depreciações na taxa de câmbio em vários países podem aliviar a transição para o novo ambiente global", observou a agência.

Por outro lado, o aumento da dívida externa do setor privado expõe a região a movimentos cambiais adversos e a custos mais altos de financiamento, de acordo com a Fitch. Além disso, acrescentou, o momento e o ritmo do aperto monetário nos EUA podem ampliar a volatilidade e reduzir os fluxos de capital para a região.

Até agora neste ano a tendência dos ratings soberanos da região classificados pela Fitch tem sido equilibrada, com duas ações positivas (Paraguai foi elevado e a perspectiva da Jamaica passou para positiva) e duas ações negativas (as perspectivas de Brasil e Costa Rica foram revisadas para negativas).

"Olhando adiante, a trajetória para os ratings soberanos dependerá do ponto inicial dos fundamentos de crédito e das respostas políticas para confrontar o novo ambiente", comentou a Fitch.

Indicador Antecedente cai 2,0% em março, diz Ibre/FGV

16/04/2015 - Fonte: DCI

O Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE) para o Brasil caiu 2,0% em março, para 90,4 pontos, divulgaram nesta quinta-feira o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e o Conference Board. O resultado veio após retrações de 1,4% em fevereiro e de 1,7% em janeiro.

Segundo Ataman Ozyildirim, economista do The Conference Board, "a taxa de crescimento de seis meses do IACE foi empurrada ainda mais para o território desfavorável e registra enfraquecimento generalizado de seus componentes".

Já o Indicador Coincidente Composto da Economia (ICCE), que mede as condições econômicas atuais, subiu 0,3% em março, atingindo a marca de 104,7 pontos. O resultado veio depois de uma queda de 0,4% em fevereiro e de uma alta 0,1% em janeiro. Cinco dos seis componentes contribuíram positivamente para o índice em março.

Dólar cai ante real. Bovespa também registra queda

16/04/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

O dólar opera em queda ante o real nesta quinta-feira (16), em linha com o exterior, mantendo a tendência das duas. Por volta das 11h, moeda registrava queda de 0,19%, a R\$ 3,0283 na venda.

No exterior, o dólar tinha queda de 0,27% em relação a uma cesta de moedas. O Banco Central fará mais um leilão de rolagem dos swaps que vencem em 4 de maio, que equivalem a 10,115 bilhões de dólares, com oferta de até 10,6 mil contratos.

Bovespa

A Bovespa opera em baixa nesta quinta-feira (16). As ações da Petrobras apresentam queda após terem subido nas últimas cinco sessões, acumulando ganho superior a 25% no período.

Por volta das 11h, o Ibovespa recuava 0,69%, a 54.542 pontos. Os papéis da Petrobras registravam queda de mais de 3% por volta do mesmo horário.

Fiat volta a parar a produção em Betim na próxima semana

16/04/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

Com a contínua queda das vendas de veículos no Brasil, a Fiat Automóveis vai parar, mais uma vez, na próxima semana, a produção na planta em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A companhia informou que realizará parada técnica na segunda-feira (20) em função do feriado de Tiradentes, no dia 21. O objetivo é ajustar estoques e produção à demanda do mercado.

As linhas serão paralisadas nos dias 20 e 21 de abril. A empresa já não opera durante os finais de semana, uma vez que cortou as operações aos sábados, quando os operários trabalhavam em regime de horas extras.

Conforme a montadora, a parada será somente para a produção, o setor administrativo funcionará normalmente. A Fiat não detalhou quantos veículos deixarão de ser produzidos no período e nem quantos trabalhadores serão afetados.

Estimativas do presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Betim, João Alves, dão conta de que a cada dia parado, a empresa deixa de fabricar algo em torno de 2.500 veículos.

Em meio ao momento negativo para o setor, a empresa vem intensificando as medidas para ajustar a produção e, por isso, tem realizado constantes paradas técnicas. No mês passado, por exemplo, concedeu um período de 20 dias de férias coletivas para 2 mil operários.

Os indicadores recentes mostram o tamanho dos problemas enfrentados nos últimos meses. A companhia registrou uma queda de 27,85% nos emplacamentos de automóveis

e comerciais leves no acumulado de janeiro a março deste ano, passando de 174.786 em 2014 para 126.100 em 2015.

Na comparação de março com o mesmo mês do exercício anterior, as vendas de automóveis e comerciais leves da Fiat passaram de 53.765 para 40.593, ou seja, apresentaram baixa de 24,5%.

A unidade da Fiat em Betim é uma das maiores fábricas de automóveis do planeta. A planta mineira tem capacidade instalada de 950 mil unidades anuais. O complexo industrial é responsável por aproximadamente 30 mil empregos diretos e indiretos.

Apesar do momento negativo do mercado brasileiro e das adversidades pelas quais passa o setor automotivo, o balanço de demissões nas montadoras e empresas de autopeças localizadas na área de abrangência do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região ficou praticamente estável em março. Segundo o presidente, João Alves, no terceiro mês de 2014 tinham sido registradas 600 desligamentos. No mesmo período de 2015 esse número chegou a 605.

"A diferença foi muito pequena em relação ao ano passado. Até eu esperava que fosse ser maior, em virtude do cenário que estamos vivendo", admite. Alves acredita que a estabilidade no número de demissões tenha ocorrido em função de recomposição do quadro de funcionários no caso de algumas empresas e expectativa de melhoria em outras.

"Algumas companhias que tinham demitido maciçamente no ano passado estão recompondo seus colaboradores agora, aproveitando a pouca demanda que ainda tem. Já outras estão esperançosas com uma possível recuperação do setor. Mas, a verdade é que não sabemos o que vai acontecer daqui pra frente", completa.

-